

RESUMO

Quem casa, quer casa...

As famílias portuguesas estão cada vez mais endividadas. Como a única política estrutural em Portugal na área da habitação, desde 1974, foi o crédito para aquisição de habitação própria, a compra de casa é a única alternativa viável para os jovens se tornarem independentes e constituírem família. E a partir desse momento, ou vão passando de casa própria para casa própria em consonância com as suas necessidades, as suas expectativas e os seus rendimentos, ou então consolidam a sua vida na habitação adquirida e cristalizam a sua mobilidade social.

Mas, se aparentemente este processo de construção familiar até pode ser entendido num quadro de acesso privado à propriedade, fica-se com menos certezas quando aferimos o esforço financeiro que estes jovens e os menos jovens fazem para ter direito a uma habitação. É que a taxa de esforço para conseguir pagar a prestação mensal à instituição credora chega a ser superior a 50% dos rendimentos familiares, sonhando uma parte importante dos investimentos que a família poderia fazer noutros objectivos (como, por exemplo, ter filhos ou ter mais filhos).

E se, presentemente, a baixa dos indexantes das taxas de juros proporciona algum alívio financeiro às famílias que conseguem manter o seu emprego, o que irá acontecer quando a retoma da economia e as subidas inflacionistas determinarem a intervenção do BCE, tornando o crédito mais caro e atingindo fortemente as famílias e onerando os seus orçamentos familiares?

Sendo a habitação um sector com uma importância fundamental para a economia, para o emprego e para as pessoas, muitos países da Europa têm apostado numa dignificação institucional que se tem traduzido em políticas intensas e estruturadas, fundamentadas em planeamento a curto e a médio prazo, objectivos concretos e avaliados, com investimentos avultados, geridas e promovidas por ministérios ou secretarias de estado da habitação de governos centrais e regionais e noticiadas difusamente.

Em Portugal, tem significado e leitura politicamente elucidativa, o facto de a palavra “habitação” ter desaparecido do léxico do elenco dos diversos departamentos governativos.

A falta de atenção dos poderes públicos para a situação do parque habitacional, para a realidade dos territórios periféricos e para as dificuldades das famílias em cumprir os compromissos assumidos são evidências que se têm agravado nos últimos anos. As assimetrias, os desequilíbrios e a anomia são soberanamente ignorados e subestimados os riscos de rupturas no tecido social que podem ter consequências imprevisíveis para a coesão familiar e social e para a harmonia e urbanidade das nossas cidades.

Eduardo Vilaça
Sociólogo